

# Viagens

## e reformas

DIONÍSIO DIAS CARNEIRO

O presidente gosta de viajar e isso incomoda muita gente. Descontado o cinismo cívico envolvido nas críticas bem como nas defesas das viagens presidenciais, o balanço destas tem sido razoavelmente favorável. Esta viagem de carnaval pareceu-me particularmente positiva. Além, é claro, do alívio que nos deve causar hoje saber que o supremo mandatário está ao abrigo dos fotógrafos de carnaval, sendo passível, no máximo, de algum enquadramento de mau gosto contra um fundo renascentista que permita uma legenda de duplo sentido. Assim, mau humor à parte, a viagem terá servido a pelo menos três propósitos.

Em primeiro lugar, ajuda a sarar as feridas e a enterrar os ossos das lutas sangrentas travadas neste verão, o que é absolutamente necessário para que haja paz na segunda metade deste mandato. As tarefas *post bellum* são enormes, com reformas e acomodações ministeriais no caminho, a maioria das quais comandando escasso consenso dentro da nova aliança que foi montada para a batalha da reeleição. Governar com a nova aliança é o desafio.

Em segundo lugar, a Europa é um palco conveniente para ameaças, sejam táticas ou estratégicas, de novas ondas protecionistas. Afinal, lá já é parte do cenário falar-se em integração regional e mundial com o tempero de um discurso protecionista voltado para os interesses locais. Que o digam os pecuaristas franceses e dinamarqueses, os agricultores ingleses e os industriais italianos, ingleses e franceses, que estão sempre a cobrar dos seus líderes a moderação nas aberturas e mais um subsidiozinho compensatório no lombo do consumidor. Protegem-se assim a vaquinha do leite caríssimo, a carne das quotas e dos cordões sanitários, os vegetais ornamentais, os computadores obsoletos e os automóveis quase artesanais, mas pouco competitivos. Não admira, portanto, que tenha aproveitado S. Exa. para falar da prensa com que seu estovado antecessor conduziu a abertura comercial. Não creio que a prensa tenha sido excessiva, mas sim faltaram políticas complementares que foram afogadas pelo fracasso da estabilização.

Finalmente, no mesmo fôlego e no mesmo cenário, o andamento da privatização e das regulamentações dos serviços públicos a serem providos pelo setor privado pode parecer muito mais rápido do que os analistas de cá gostariam de admitir, se comparado, por exemplo, com o progresso das privatizações francesas ou alemãs. É difícil, também, no mesmo ambiente, ter vergonha do processo lento de solução para os bancos estatais, que lá mesmo carregam seus prejuízos por uma eternidade, malbaratam dinheiro dos contribuintes fazendo política industrial e nem por isso são suficientes para derrubar a moeda.

Por falar em moeda, há duas frentes de batalha importantes para a implantação do *euro*, a moeda europeia do próximo milênio (daqui a quatro anos, portanto), dignas da visita presidencial. Primeiro, a luta política em torno dos critérios para a entrada no sistema, que diz respeito essencialmente ao desgaste requerido dos governos nacionais para ajustar seus orçamentos aos estreitos limites para o déficit e para a dívida acordados em Maastricht. Os ingleses, por exemplo, tentarão valer-se do bom desempenho de sua economia nos últimos dois anos para mudar as regras de forma a se comprometerem com políticas fiscais que acarretem menor desgaste político para os conservadores. A segunda frente, que está apenas começando, também deve soar familiar: trata-se da difícil discussão acerca de como devem ser fixadas as paridades (definitivas, pois desapareceriam as taxas de câmbio com a unificação monetária) entre as moedas nacionais e o novo padrão monetário europeu. Os desdobramentos dessas discussões passam, é claro, por questões como o poder político e a subordinação dos bancos centrais, a responsabilidade pela supervisão bancária, e outros tópicos que estão também na ordem do dia de nossas reformas estabilizadoras.

Nada tão favorável para o ânimo do presidente, assim, como poder voltar ao país para comandar a nova rodada de reformas, a começar pela administrativa e pela restauração da reforma da Previdência Social em boa hora resgatada pelo senador Beni Veras. Pois ambas são imprescindíveis para aumentar a confiança dos investidores de que o governo não precisará de mais inflação para se financiar. Mesmo sabendo que os efeitos de tais reformas sobre as despesas do setor público não se farão sentir antes do fim do atual mandato presidencial. Se a viagem do carnaval contribuir para a percepção de que o lento progresso das reformas não deve ser motivo para que elas sejam postergadas a cada volta do parafuso político do dia-a-dia, já terá gerado saldo positivo para as perspectivas deste reinício de ano, pós-carnaval.